



Ao lado de Arnaldo Niskier, Samuel Pfromm Netto (E) aponta “programação de baixíssima qualidade”

Professor da USP acusa a TV comercial de produzir “lixo”

Em debate no Conselho de Comunicação Social, o psicólogo e pedagogo Samuel Pfromm Netto gera polêmica ao afirmar que programação da TV ajuda a deformar culturalmente os brasileiros. **Página 6**

Relatório final da CPI dos Bingos será lido amanhã

Às vésperas da leitura do relatório final da CPI dos Bingos, o senador Garibaldi Alves acena com a possibilidade de pedir o indiciamento de 70 pessoas. **Página 3**

Debate: Heloísa defende aumento imediato do mínimo para R\$ 572

Heloísa Helena sugere salário de R\$ 572 para cumprir promessa de campanha do presidente Lula, mas ressalta que, para obedecer à Constituição, mínimo deveria ser de R\$ 1.536,92. **Página 4**



Entre Jefferson Péres (E) e o deputado Jackson Barreto, Heloísa participa de audiência pública em Manaus

Senado tenta votar medidas e desobstruir pauta

Renegociação de dívidas dos produtores rurais do Nordeste e dedução do Imposto de Renda da contribuição previdenciária paga pelo empregador doméstico estão entre os temas das cinco medidas provisórias que trancam a pauta de votação do Plenário. **Página 5**



Renan Calheiros (à direita, ao lado de Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti) busca acordo para votações

Segundo o senador, o programa está “quilômetros à frente” do Luz no Campo, implementado por Fernando Henrique

Saturnino destaca qualidades e avanços do Luz para Todos

Em pronunciamento, Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou ontem o programa do governo federal de universalização da energia elétrica, o Luz para Todos. Para ele, o programa da atual administração está “quilômetros à frente”, em comparação com o de Fernando Henrique Cardoso, o Luz no Campo, principalmente por ter “rompido com a ótica neoliberal do mercado”.

Na perspectiva do senador, enquanto o Luz no Campo, de Fernando Henrique, “deixava os resultados para o infinito”, o Luz para Todos, de Lula, foi criado em 2004 tendo a meta clara de levar energia elétrica a 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008.



Roosevelt Pinheiro

Programa “rompeu com a ótica neoliberal do mercado”, observa Roberto Saturnino

Saturnino criticou a oposição por insistir no discurso que questiona se “o presidente sabia ou não sabia” dos casos de corrupção denunciados no último ano. Segundo afirmou, perde-se, com essa argumentação, a “dimensão ética da justiça social”.

Senado se prepara para a segunda etapa do Programa Interlegis

O Programa Interlegis começa a entrar em sua segunda etapa, conhecida como Interlegis 2. Desenvolvido pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa tem como objetivo modernizar o funcionamento das assembleias estaduais e das câmaras de vereadores, ao promover o intercâmbio de informações e a capacitação de servidores e parlamentares. Cem cidades brasileiras farão parte desse novo estágio. Vitória, capital do Espírito Santo,

sede do 5º Seminário Nacional do Interlegis, realizado na sexta-feira, é uma delas.

Conforme explica o diretor-técnico do órgão, José Dantas Filho, nessa segunda etapa serão testados todos os produtos desenvolvidos pelo Interlegis para facilitar os trabalhos das Casas legislativas. Será avaliada a funcionalidade de cursos de capacitação e *softwares* em câmaras de vereadores que representam realidades diferentes – desde pequenas cidades até capitais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senadores retomam discussões para destrancar a pauta

A sessão é deliberativa e começa às 14h. As lideranças partidárias retomam as negociações para destrancar a pauta, obstruída por projetos de conversão a medidas provisórias,

com destaque para a que isenta de impostos os rendimentos de títulos brasileiros comprados por estrangeiros. Às 11h, a consultora Andréa Schwarz, da entidade I-Social,

virá conhecer as ações específicas desenvolvidas no âmbito do Senado visando facilitar o dia-a-dia das pessoas com necessidades especiais nas dependências da Casa.

Política de incentivos fiscais na CAE

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove audiência para discutir o sistema de concessão de benefícios fiscais a empresas participantes de políticas de incentivos ao desenvolvimento

dos estados. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e os presidentes das assembleias legislativas e das secretarias de Fazenda dos estados foram convidados para o debate.

Indicação para o Dnit

A indicação de José Henrique Coelho Sadok de Sá para o cargo de diretor-executivo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para ser examinada, às 10h. O indicado é servidor de carreira

do Dnit e, atualmente, chefia o gabinete do diretor-geral, Mauro Barbosa da Silva. No mesmo horário, será instalada a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas (CREMRFA), e haverá a eleição dos membros da Mesa.



Comissão de Educação e Parlamento do Mercosul

Às 11h, a Comissão de Educação analisa proposta para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) possa financiar estágios

remunerados nas empresas e nas universidades (PLS 177/02). Às 15h, a Comissão Mista do Mercosul analisa e vota o Protocolo de Cria-

ção do Parlamento do Mercosul em reunião que contará com a presença de uma comitiva de deputados do Paraguai em visita ao Brasil.



Alerta sobre escassez de água

Mensagens de advertência sobre os riscos da escassez da água doce deverão vir estampadas, sempre que possível, em equipamentos, embalagens e propagandas de produtos de limpeza. A determinação, que visa incentivar o consumo modera-

do do líquido, é prevista no Projeto de Lei do Senado 176/05, um dos seis itens na pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que começa às 11h30.

Gripe aviária

Em reunião conjunta com deputados, às 14h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai discutir o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária. Entre os mais de dez convidados estão os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Trabalho, Luiz Marinho.

Nova MP

Para as 14h30, está prevista a instalação da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória 295/06, recém-chegada ao Congresso. A proposta reestrutura as carreiras do Banco Central, do magistério, de ciência e tecnologia, de fiscal federal agropecuário, além de criar gratificações.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ney Suassuna, Gilvam Borges, Alvaro Dias, Marco Maciel, João Batista Motta e Jonas Pinheiro e pela senadora Ideli Salvatti

ACM apóia notícia-crime da OAB contra Lula

A notícia-crime entregue ontem pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, ao procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, levou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a reforçar o pedido feito pela entidade: o aprofundamento das investigações sobre o mensalão, focalizando a possível participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no esquema.

Acompanhando o documento da OAB, Antonio Carlos também pediu que sejam investigadas as negociações entre a Gamecorp, empresa de Fábio Luiz da Silva, filho do presidente Lula, e a Telemar, em operação que não foi comunicada à Comissão de Valores Mobiliários. Solicita também a investigação da edição do decreto presidencial que permitiu ao Banco BMG (um dos supostos braços do Valerioduto) atuar no crédito a funcionários federais.

– O presidente sabia ou não do mensalão? A OAB está dizendo que ele sabia. E da Telemar com a firma do seu filho, ele sabia ou não? E do seu irmão, o Vavá, fazendo *lobby* na sala ao lado da



Roosevelt Pinheiro

ACM pede esclarecimento de suposto envolvimento do presidente no mensalão

Presidência da República? Ele tinha ou não conhecimento? O governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que avisou o presidente Lula sobre a existência do mensalão e tem o testemunho do seu motorista. Se Lula não sabia, por que defendeu o PT naquela entrevista ridícula que concedeu na França? – indagou Antonio Carlos.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que os partidos de oposição devem montar um departamento jurídico competente para acionar o presidente Lula todas as vezes em que ele infringir a legislação e fizer campanha fora do período eleitoral ou utilizar a máquina pública para esse fim. O parlamentar sugeriu ainda que o Congresso decida, ainda este ano, sobre a conveniência de manter ou não o instituto da reeleição.

Alvaro: denúncia tem fundamento e deve ser acatada

Em pronunciamento, o líder da Minoria no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), comentou ontem denúncia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhada à Procuradoria Geral da República. Na avaliação do senador, a acusação tem fundamento técnico-jurídico e deverá ser acatada pelo Ministério Público.

A decisão de encaminhamento da denúncia pela OAB baseou-se no julgamento do Conselho Nacional da entidade de que existem indícios de envolvimento do presidente Lula no escândalo do mensalão, que envolveu dezenas de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores ou que integram o governo.

Repercutindo a matéria “Mensaleiro participa de solenidade no Palácio do Planalto”, publicada no Portal Estadão, Alvaro Dias condenou ainda a participação do ex-deputado petista Paulo



Roosevelt Pinheiro

“Cinismo deve permear comportamento do PT durante campanha”, critica Alvaro

Rocha em solenidade do Dia do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto.

O senador pelo Paraná rebateu também declaração do presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoini, feita em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*. Na entrevista, Berzoini disse que o mensalão é “um engodo e uma ficção” criados pelos partidos de oposição.

– São declarações sucessivas que nos levam a concluir que o cinismo deve permear o comportamento do PT e de seus principais representantes na campanha eleitoral que se aproxima – observou Alvaro.

Discussão sobre documento pode se prolongar diante da posição dos parlamentares ligados ao governo de insistir em limitá-lo ao assunto que gerou a criação da CPI

Relatório final da CPI pode pedir indiciamento de até 70 pessoas



José Cruz

Divergências entre senadores da oposição e da base do governo sobre o teor do texto pode atrasar sua votação na CPI dos Bingos

Começa a ser lido amanhã, a partir das 11h, o relatório final da CPI dos Bingos. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), acena com a possibilidade de indiciamento de até 70 pessoas. Na lista, aparecem os nomes do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

Palocci é acusado de prática de corrupção durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), entre 1993 e 1996, além de ser apontado como um dos responsáveis pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Já Okamoto é acusado de intermediar recebimento de propina em prefeituras petistas para a formação de um suposto caixa dois do PT, que seria usado em futuras campanhas eleitorais. Também pesa sobre ele denún-

cia de que teria pago contas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Lurian Cordeiro, filha do presidente, com dinheiro de origem desconhecida.

A secretaria da CPI informou, ao confirmar a leitura do relatório, que a data de votação do documento ainda não foi marcada. A discussão sobre o teor do relatório pode se prolongar em virtude de parlamentares governistas insistirem que o texto final deve se limitar ao assunto que gerou a criação da CPI, ou seja, as casas de bingo. Se essa não for a regra, a bancada governista ameaça apresentar um relatório paralelo. Em troca, o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), anunciou sua intenção de prorrogar os trabalhos da comissão até o início das eleições de outubro.

A oposição defende o relatório de Garibaldi por entender que, ao longo das investigações – iniciadas em junho de 2005 –, fatos

correlatos aconteceram, razão pela qual o relator propõe o indiciamento de pessoas envolvidas em outros episódios, incluindo os assassinatos dos prefeitos petistas de duas cidades do interior de São Paulo – Celso Daniel, de Santo André, e Toninho do PT, de Campinas.

Destaques

No relatório de Garibaldi também têm destaque episódios que marcaram o noticiário político dos últimos meses, como o esquema do mensalão; o caso da renovação do contrato entre a GTech e a Caixa Econômica Federal; a entrada de supostos dólares cubanos para ajudar a campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República; a máfia do apito no Campeonato Brasileiro de Futebol; os casos Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira; e acusações de prática de *lobby* contra o irmão do presidente Lula, Genival – o Vavá.

Segurança do Comendador presta depoimento

O ex-segurança Joacir das Neves, que trabalhava na mansão de João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, em Mato Grosso, prestará depoimento hoje à CPI dos Bingos, a partir das 11h. Joacir deverá esclarecer as declarações dadas ao colegiado na última semana por Zildete Leite dos Reis, ex-cozinheira do Comendador. Ela apontou o ex-segurança como uma possível testemunha.

Em seu depoimento, Zildete disse que os ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, além

do atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, foram duas ou três vezes, entre 2001 e 2002, à mansão do Comendador. João Arcanjo, considerado chefe do crime organizado em Mato Grosso, cumpre pena por assassinato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Zildete declarou ainda que Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, foi a Cuiabá procurar o Comendador para que este indicasse

um pistoleiro para assassinar o então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel. Ela disse que a trama para matar Celso Daniel, engendrada por Sombra, “outro frequentador da mansão”, deuse em razão de o ex-prefeito ter descoberto que havia corrupção na prefeitura de Santo André. A cozinheira afirmou também que ouviu Sombra falar que “era preciso calar o prefeito”, que foi morto em janeiro de 2002.

A CPI realiza hoje reunião administrativa.

Na tentativa de estabelecer política nacional para recuperação do valor do piso salarial do país, parlamentares visitam as cinco regiões do país e ouvem setores interessados

Em busca do salário mínimo que atenda necessidades das famílias

Durante a quinta audiência pública externa da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, realizada ontem, em Manaus, a relatora *ad hoc*, senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), enfatizou que o papel do colegiado é estudar medidas legais para implementar no país o que determina o artigo 7.º da Constituição federal. De acordo com esse artigo, o salário mínimo deveria ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

A senadora lembrou que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na atual conjuntura econômica e social do país, seria necessário, para cumprir o que diz a Carta Magna, o valor de R\$ 1.536,92. Heloísa defendeu o aumento imediato do salário mínimo para R\$ 572, o que representaria o cumprimento da promessa de campanha do presidente Lula de dobrar o valor em quatro anos. Para a senadora, o argumento de que a Previdência é deficitária não se sustenta, uma vez que é ela que garante o superávit primário do setor público.

– A seguridade social é superavitária em mais de R\$ 22 bilhões, mesmo com a desvinculação da receita da União saqueando os



Somente um pacto entre partidos pode viabilizar erradicação da miséria, diz Jefferson

cofres da seguridade em 25% do orçamento público – afirmou.

Na avaliação da relatora, para garantir a valorização contínua do salário mínimo, em curto, médio e longo prazo, os três principais setores a serem beneficiados com novas políticas tributárias devem ser as micro e pequenas empresas, os empregadores domésticos e o serviço público municipal.

No debate, Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, a seu ver, somente um pacto entre os partidos políticos pode viabilizar a erradicação da existência do estado de miséria entre a população brasileira. Para tanto, seria necessária a conjunção de três fatores: um econômico, que garanta o crescimento de, pelo menos, 5% anual no produto interno bruto (PIB); e dois sociais – a política de valorização do salário mínimo, com o aumento da renda *per capita*; e o fim do

trabalho informal. Para ele, uma política permanente de valorização do salário mínimo é poderoso instrumento para melhorar a distribuição de renda no país.

O relator titular do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), não pôde comparecer ao evento em virtude de problema de saúde. A comissão completou, com essa audiência, visitas a todas regiões brasileiras. Além de várias reuniões ordinárias em Brasília, os parlamentares já estiveram em Curitiba, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. O presidente da comissão, deputado Jackson Barreto (PTB-SE), moderou o debate, do qual participaram, entre outros, servidores da prefeitura, do governo do Amazonas, membros de entidades sindicais, representantes da Previdência Social, empresários locais e integrantes do Sebrae. A deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), organizou o evento.

Ideli comemora aumento de R\$ 1 bilhão na massa salarial em 2006

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), destacou o aumento de R\$ 1 bilhão na massa salarial (volume total dos rendimentos dos trabalhadores) ocorrido nos três primeiros meses de 2006 e detectado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a senadora, a crescimento da renda da população é um dos principais motivadores do aumento do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2006, calculado em 1,4% pelo IBGE.

Ideli também registrou as estatísticas que demonstram que os empregos com carteira assinada agora representam mais de 54% do total dos postos de trabalho. Ela ressaltou que o aumento do emprego formal beneficia a economia, já que causa impacto positivo na arrecadação.

A senadora anunciou que vai se encontrar com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para falar sobre a possibilidade de transformar a rede catarinense de centros federais de educação tecnológica (Cefets) na Univer-



Ideli destaca avanço do número de empregos com carteira assinada

sidade Federal Tecnológica de Santa Catarina. Ideli lembrou ainda que o atual governo criou quatro novas unidades do Cefet em Santa Catarina, onde antes havia apenas três.



Senadores sabatinam hoje Sadok de Sá, cuja indicação tem parecer favorável de Ribeiro

Comissão de Infra-Estrutura vota indicação para diretoria do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa hoje, a partir das 10h, mensagem da Presidência da República com a indicação do nome de José Henrique Coelho Sadok de Sá para exercer o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Segundo o relator da matéria, senador João Ribeiro (PL-TO), o indicado atende plenamente às normas que definem os atributos requeridos para os diretores do Dnit, razão pela qual está “sobejamente credenciado ao desempenho do cargo para o qual foi indicado”.

Servidor de carreira do Dnit, Sadok de Sá é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em transportes e em higiene e segurança do trabalho. Sua carreira profissional foi toda dedicada ao setor de transporte, desde que

ingressou, em 1971, no extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Já em 2001, passou a integrar o quadro funcional do Dnit. Nessa autarquia, Sadok de Sá exerceu as mais diversas atividades relacionadas com infra-estrutura rodoviária, como construção, restauração e manutenção de estradas, segurança do tráfego, operação e concessão de rodovias e gerenciamento de sistemas de transportes.

O candidato a diretor do Dnit exerceu ainda cargos de relevância no Ministério dos Transportes. Atualmente, Sadok de Sá é chefe de gabinete do diretor-geral do Dnit, Mauro Barbosa da Silva, função que ocupa desde dezembro de 2002.

Na reunião, o indicado deverá apresentar-se formalmente à comissão e responder às perguntas dos parlamentares. Essa apresentação é pública, mas a votação será secreta.

Ana Júlia destaca pavimentação de BR sem desmatamento

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou ontem o lançamento do plano de desenvolvimento ecológico para pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) pelo governo federal. O plano prevê a conclusão do asfaltamento sem aumento do desmatamento da floresta amazônica. A senadora registrou que o governo também lançou medidas para a regularização de posse de áreas em terras públicas da União.

– Lula anuncia que o progresso não é incompatível com o desenvolvimento sustentável – disse.

A senadora informou que as instruções normativas assinadas pelo presidente firmam as diretrizes e procedimentos para a legitimação de posse em áreas de até 100 hectares (cujos ocupantes receberão o título de posse) e de áreas de 100 a 500 hectares (cujos ocupantes terão direito ao uso real



Ana Júlia registra o plano ambiental do governo para conclusão da BR-163

da terra). Ana Júlia ressaltou que tal regularização fundiária vai atingir, na região da Amazônia Legal, cerca de 230 mil proprietários de áreas de até 100 hectares e cerca de 70 mil em áreas de 100 até 500 hectares.

– Essa regularização representa 96% de todas as posses da Amazônia Legal – afirmou.

As medidas ambientais também vão colaborar, observou a senadora, para a diminuição das tensões sociais e das mortes e violência no campo. Ramez Tebet (PMDB-MS) e Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiaram o pronunciamento.

CAS analisa doação de órgãos de recém-nascidos sem cérebro

Órgãos, tecidos e partes do corpo humano de recém-nascidos anencefálicos poderão ser retirados para doação ou transplante, desde que o diagnóstico da doença seja feito por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. A proposta, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), recebeu substitutivo do senador Augusto Botelho (PDT-RR) e está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão definitiva.

Pelo projeto (PLS 405/05), que altera a Lei 9.434/97, a retirada dos órgãos somente será permitida quando a manutenção das atividades cardiorrespiratórias estiver ocorrendo apenas por meio artificial. Ao justificar sua

proposição, Serys lembra que os anencefálicos enquadram-se na categoria de doadores potenciais, mas a legislação brasileira não permite a retirada dos órgãos para doação ou transplante em virtude da impossibilidade de ser declarada a morte encefálica.

A CAS vota ainda substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estender aos trabalhadores com menos de 18 anos e aos maiores de 50 anos a possibilidade de dividirem suas férias em até três períodos (PLS 116/03).

Também na pauta o substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) a projeto de lei do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a constituição de microempresa (PLS 131/99).



Requerimento para ouvir Marco Aurélio Garcia teve a assinatura de 11 membros da CRE

Assessor de política externa de Lula debate crise com a Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública amanhã, às 11h, para ouvir o assessor especial de Política Externa da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, sobre a crise que se estabeleceu entre o Brasil e a Bolívia desde que o governo de Evo Morales nacionalizou o setor de hidrocarbonetos. Anunciada há pouco mais de um mês, a decisão afetou investimentos da Petrobras naquele país e foi acompanhada do anúncio da intenção da Bolívia de aumentar os preços do gás natural fornecido ao Brasil.

O requerimento foi proposto pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e subscrito por outros dez membros do colegiado. Ao justificar o convite ao assessor da Presidência, Heráclito afirmou que os jornais brasileiros vêm veiculando posicionamentos de

Garcia sobre a conjuntura da crise que divergem das opiniões publicamente assumidas pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Forças Armadas

A comissão vai instalar amanhã a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas Brasileiras. Na ocasião, serão escolhidos o presidente, o vice-presidente e o relator. Os senadores já indicados pelos partidos para integrar o colegiado são Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A CRE volta a se reunir na quinta-feira, extraordinariamente, às 9h30, para examinar mensagens com indicações do presidente da República para os cargos de embaixador em Israel, Croácia e Tunísia.

Senadores precisam analisar cinco medidas provisórias que bloqueiam a pauta, antes de deliberar sobre outros 21 itens que aguardam exame



Gerardo Magela

Uma das medidas provisórias a ser apreciada em Plenário trata das dívidas dos produtores rurais do Nordeste

Mais uma semana com a pauta de votações trancada por MPs

O Senado inicia mais uma semana com a pauta trancada, dessa vez por cinco medidas provisórias. As MPs tratam da renegociação das dívidas dos produtores rurais do Nordeste e da dedução do Imposto de Renda (IR) da contribuição previdenciária paga pelo empregador doméstico, entre outros assuntos, e precisam ser analisadas antes de os senadores passarem aos outros 21 itens à espera de votação na sessão deliberativa de hoje.

A última medida provisória inserida na pauta foi a MP 285/06, modificada por projeto de lei de conversão (PLV 16/06) na Câmara, que define regras para a repactuação das dívidas rurais contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Além de ampliar o

número de beneficiários, esse PLV reduz a taxa de juros anual de 8,75% para 3% e retira o produtor inadimplente da dívida ativa da União.

Já a MP 284/06, alterada pelo PLV 14/06, garante ao empregador doméstico a possibilidade de deduzir do IR o valor da contribuição previdenciária correspondente ao pagamento de um salário mínimo mensal a seu empregado. O projeto de lei manteve o limite de dedução a um empregado doméstico por declaração, mas inovou ao permitir que o valor da contribuição paga sobre o décimo terceiro salário também seja descontado e ao estabelecer que a dedução começa a valer para as contribuições pagas a partir de janeiro de 2006.

Embora esses itens sobressaíam na pauta pela importân-

cia social, só poderão ser apreciados se os senadores votarem as outras medidas provisórias que os antecedem. Entre elas, a MP 281/06 – também reformulada por projeto de lei de conversão (PLV 11/06) –, que reduz a zero a alíquota de IR incidente sobre os rendimentos obtidos por investidores estrangeiros em títulos públicos federais e em algumas aplicações de risco.

Os senadores ainda terão que deliberar sobre a MP 282/06, que abre crédito extraordinário de R\$ 57.554.718 em favor do Ministério dos Transportes para obras emergenciais nas rodovias do país. A última delas é a MP 283/06, transformada no PLV 12/06, que reúne medidas de reorganização administrativa, de pessoal e de patrimônio do serviço público federal.

Mantega irá falar sobre concessão de benefícios fiscais

Em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcada para hoje, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá fazer uma exposição a respeito das políticas de concessão de benefícios fiscais a empresas participantes de programas de incentivo ao desenvolvimento dos estados. A audiência pública, solicitada pelos senadores paraenses Luiz Otávio (PMDB), Ana Júlia Carepa (PT) e Flexa Ribeiro (PSDB), deve tratar o assunto sob a ótica constitucional e deve começar logo após a discussão de projetos de lei que estão prontos para votação.

Entre os 47 convidados para a audiência estão o presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Bernard Appy; o presidente da Federação Nacional do Fisco Nacional (Fenafisco), Rogério Macanhão; o representante do Ministério Público Federal, José Adércio Leite Sampaio; secretários de Fazenda; presidentes de assembleias legislativas de diversos estados; e presidentes de federações de indústrias de várias unidades da Federação.

Isonção de IPI

Na primeira parte da reunião do colegiado, serão examinados

22 projetos de lei. Entre eles, o PLS 278/04, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que visa conceder isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro deste ano, na aquisição de veículos de peso em carga máxima superior a cinco toneladas. A proposta teve parecer favorável do relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), e receberá na CAE decisão definitiva. O projeto determina ainda que, para manter o benefício, os veículos devem ser destinados exclusivamente ao transporte de mercadorias e de cargas.

Samuel Pfromm Netto gera polêmica no Conselho de Comunicação Social ao afirmar que programação contribui para deformar culturalmente crianças e adultos

Para professor da USP, a TV comercial produz “lixo”

Em audiência pública realizada ontem pelo Conselho de Comunicação Social para debater as diferenças entre as TVs comercial e educativa, o psicólogo e pedagogo Samuel Pfromm Netto, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), criticou o que chamou de “programação de baixíssima qualidade” das TVs comerciais, o que, em sua visão, contribui para deformar culturalmente crianças e adultos.

– O bordel e o botequim, seus bêbados, suas xingações e palavrões estão entrando, e as crianças vendo e ouvindo, com personalidade plasmada pelos dejetos, pelo lixo televisual.

Para o professor, a necessidade de ser excitante, carregada e barulhenta – “um verdadeiro soco na cara a cada dois minutos para que o telespectador não durma” – é uma receita de como jamais se deve fazer TV educativa. Esta deve ser, em sua opinião, essencialmente destinada à educação, tornando-se meio fundamental de ensino e de aprendizagem para todos os brasileiros dos diversos pontos do país. Ao contrário, segundo ele, as TVs comerciais são máquinas de vender publicidade, com entretenimento, sensacionalismo, violência e “nacos fugidios de cultura de qualidade entre as propagandas exibidas”.

Pfromm disse lamentar que as emissoras educativas estaduais estejam hoje destoando de seu objetivo original, dirigidas “por



Samuel Pfromm (D) fala na audiência, ao lado de João Monteiro e Arnaldo Niskier

burocratas e apaniguados políticos sem um mínimo de sintonia com as responsabilidades e deveres que deveriam fazer parte do dia-a-dia dessas emissoras”.

Afirmou ainda o professor que há um estado de verdadeira anomia – ausência de lei – para resolver essa questão e atribuiu tais problemas à própria atuação da TV educativa, acomodada, indiferente ao universo de entidades com as quais deveria ter relações, e sem procurar soluções para a pobreza de recursos que a mantém. Ele destacou que, no Japão, a emissora educativa se mantém com verba proveniente da venda de televisores e sugeriu que o Brasil adote medidas criativas como essa.

Contestação

O ataque à programação da TV comercial foi rebatido pelo conselheiro Gilberto Leifert, representante das empresas de televisão, que registrou que autores, diretores, artistas e profissionais

que fazem uma das melhores TVs do mundo não podem aceitar a acusação de que “produzem dejetos”.

– Dizer que a TV aberta produz dejetos é desrespeito e generalização – protestou.

Samuel Pfromm se desculpou pela exaltação.

– Estou defendendo a honra da minha filha, que se chama TV educativa. É natural que me exalte como quando um bom pai se exalta defendendo a honradez da sua filha. É nessa defesa que me exalto, às vezes, no tom – disse.

O professor se referia ao fato de ter presidido a Funtevê do MEC – hoje Fundação Roquette Pinto – em 1983 e 1984 e de ter sido o responsável pelo setor de programas educativos da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta de São Paulo (1972-1975). Ele destacou a necessidade de se aumentar o número de emissoras educativas – gratuitas e abertas – e não apenas nas TVs a cabo.

Representantes da mídia rebatem críticas

As críticas do psicólogo e pedagogo Samuel Pfromm Netto à programação “de baixíssima qualidade” da televisão comercial foram contestadas por representantes da mídia que integram o Conselho de Comunicação Social – esse conselho atua como órgão consultivo do Congresso. Além do representante das empresas de TV, Gilberto Leifert, o representante das empresas de imprensa escrita, Paulo Tonet Camargo, reagiu às declarações do pedagogo.

– Minhas impressões sobre

o que ele falou não foram boas – declarou ele, que também é diretor-geral em Brasília do grupo Rede Brasil Sul (RBS).

Paulo Tonet afirmou ainda que a discussão sobre as televisões educativas não foi feita “com a devida profundidade”. Samuel Pfromm fez sua crítica às TVs comerciais ao compará-las com as TVs educativas – o pedagogo foi responsável pela área de programas educativos da TV Cultura de São Paulo.

Segundo Tonet, “não existe um projeto de televisão educativa no

país”. Ele afirmou que há uma plataforma de quase 900 estações de TVs educativas no Brasil, que estariam “muito mal distribuídas e muito mal utilizadas”.

– Esse número é impressionante. Mas há um projeto educacional por trás disso?

Paulo Tonet, no entanto, reconheceu que “há TVs educativas que funcionam, como a TV Cultura de São Paulo”, e ressaltou a importância de o Conselho de Comunicação Social do Congresso aprofundar os debates sobre o tema.

Maciel requer voto de louvor ao jornalista Ruy Mesquita

O senador Marco Maciel (PFL-PE) encaminhou à Mesa requerimento de voto de louvor ao jornalista e empresário Ruy Mesquita, do jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo recebimento do prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso dos Estados Unidos.

Ao pedir a transcrição nos Anais do Senado do discurso de agradecimento de Ruy Mesquita na solenidade, Marco Maciel destacou a luta da família Mesquita pela liberdade de imprensa e pela democracia, em períodos distintos da história política brasileira: durante o governo Getúlio Vargas (1934-1937) e no Estado Novo (1945); e no regime militar instituído em 1964.

O centro que homenageou Ruy Mesquita e o jornal *O Estado de S. Paulo* é considerado o mais importante em pesquisas e debates de políticas públicas dos Estados Unidos e recebe o nome do ex-presidente que marcou suas duas gestões à frente do governo daquele país lutando pela paz mundial e pela liberdade de imprensa



Marco Maciel destaca luta da família Mesquita pela liberdade de imprensa

no período pré e pós-1ª Guerra Mundial (1914-1918).

Democratização

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem voto de homenagem pela passagem de dez anos da morte do jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S. Paulo*, falecido em 5 de junho de 1996.

O parlamentar destacou a participação do jornalista à frente do *Estadão* na “construção de uma imprensa sólida, livre, independente” e na democratização do país.

– A sua família realmente honra o jornalismo brasileiro há mais de meio século.

Ideli e Tebet prestam homenagem ao ex-senador Mendes Canale

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ocupando a presidência da Mesa, registrou em Plenário o falecimento, no último dia 1º, em Campo Grande, do ex-senador, ex-deputado estadual e federal e ex-prefeito de Campo Grande Antônio Mendes Canale. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), amigo de Canale, apresentou requerimento de voto de pesar e condolências à família, à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e à Câmara Municipal de Miranda.

Advogado, Canale exerceu diversos cargos públicos, entre eles o de titular da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e de secretário de Administração de Mato Grosso do Sul. No Senado, recordou Ideli, foi 1º secretário da Mesa. Por seus inúmeros trabalhos publicados, recebeu as medalhas do Pacificador, José Bonifácio, Sócio Benemérito do Lions Club, de Agradecimento das Bandeirantes do Brasil e do Estado Búlgaro. Canale foi também membro da Ordem do Mérito Militar e Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional.

Tebet ressaltou que o ex-senador foi um “grande homem público” de Mato Grosso e, posteriormente, de Mato Grosso do Sul, trabalhando em prol do estado nos diversos cargos que exerceu “com grande dedicação e zelo”.

Ele lembrou que, antes de ser senador, Canale foi duas vezes deputado estadual e uma vez deputado federal, tendo publicado diversos trabalhos sobre federação, eleições municipais, reforma política e desenvolvimento dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de ter implantado o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados e promovido a melhoria econômica da região. Tebet elogiou a administração de Canale à frente da prefeitura de Campo Grande, onde criou o serviço de abastecimento de água e construiu o prédio do paço municipal. Como chefe da Sudeco, segundo Tebet, realizou um “trabalho proffcuo”.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou a postura ética e moral de Mendes Canale durante os mandatos como senador, de 1975 a 1983 e de 1987 a 1991.



Divergência entre oposição e governo ajuda a nação a prosperar, avalia Gilvam

Gilvam Borges expõe visão otimista sobre os rumos do país

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) demonstrou, em Plenário, ter uma visão otimista dos atuais rumos seguidos pelo país. Na sua opinião, até a natural divergência entre oposição e governo – que costuma aumentar na época de pré-campanha eleitoral – ajuda a nação a “prosperar e caminhar”.

– Não há homem público ou partido que não possa ser maculado. Mesmo que seus quadros tenham o homem mais íntegro e ilibado, não tem jeito, a oposição sempre põe um rabo nele – disse.

Apesar da expectativa favorável, Gilvam Borges observa que o país precisa aperfeiçoar

e manter programas sociais bem-sucedidos. Ele destacou a importância de, ao lado da assistência financeira, o poder público oferecer ao cidadão condições de se qualificar profissionalmente e, assim, concorrer no mercado de trabalho.

O senador fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da

Silva no sentido de reforçar os investimentos em segurança pública e educação.

– O que nos dá robustez é saber que o país começa a deslanchar e a se preparar para um período de grande crescimento econômico, com juros mais baixos e maior atração de investimentos produtivos – afirmou.

João Batista Motta critica política cambial

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) protestou contra o que chamou de “descaso do governo” com relação aos produtores rurais. Para Motta, a política cambial praticada atualmente, que permitiu a valorização do real frente ao dólar, está levando os agricultores e pecuaristas à falência, o que acarretará, disse, alta dos preços de gêneros alimentícios e desemprego.

O parlamentar afirmou que as soluções propostas pelo governo, como a prorrogação das dívidas e o aumento de recursos disponíveis para a próxima safra, não serão implementadas realmente. Ele classificou as idéias como eleitoreiras.

Motta reclamou ainda da atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que estaria criando obstáculos a investimentos no país, ao impedir a concretização de projetos que, segundo o senador, não afetariam o meio ambiente. Ele responsabilizou o Ibama pelo aumento da poluição de locais como a Baía de Vitória (ES).



Motta ressalta que agricultores e pecuaristas estão falindo

César Borges defende negociação de dívidas dos produtores de cacau

Ao afirmar que a lavoura cacauzeira baiana está em recuperação, senador propõe que débitos sejam pagos assim que a produção volte aos níveis de 1986

César Borges (PFL-BA) dirigiu apelo ao governo federal para que faça levantamento completo da situação dos produtores de cacau da Bahia, com vistas à renegociação de suas dívidas. O senador explicou que o setor vem enfrentando dificuldades e que a lavoura de cacau encontra-se em fase de recuperação mas ainda sem produzir o suficiente para garantir sua auto-sustentabilidade.

Entre 1989 e 1995, lembrou César Borges, quando a vassoura-de-bruxa (praga que devasta as plantações de cacau) atingiu a Bahia, a base econômica de 92 municípios desse estado foi arrasada. Das 400 mil pessoas que trabalhavam na produção do cacau, cerca de 250 mil foram obrigadas a migrar para centros urbanos pela falta de trabalho. Ele também destacou os danos ambientais que a decadência cacauzeira provocou.

– É preciso levar em consideração que a recuperação da lavoura



Setor não produz o suficiente para garantir sua auto-sustentabilidade, diz César Borges

cacauzeira baiana ainda está no início. Para se ter uma idéia, na safra de 1986/1987 foram colhidas quase 400 mil toneladas de cacau. A produção atingiu o fundo do poço na safra de 1999/2000, quando foram colhidas míseras 98 mil toneladas. Já na safra de 2005/2006, esse número passou para pouco mais de 142 mil toneladas, menos da metade da produção de 20 anos atrás – comparou.

Para César Borges, devem ser

Fotos: Roosevelt Pinheiro

levadas em conta não apenas as dívidas dos produtores rurais que estão a vencer, mas também as já vencidas. Ele defende o pagamento das dívidas pelo cacauicultor no momento em que a produção voltar aos níveis de 1986.

Veto presidencial

César Borges sugeriu aos deputados e senadores que derrubem o veto do presidente Lula que tornou sem efeito o Projeto de Lei da Câmara 142/05, sobre renegociação de dívidas dos produtores rurais. O parlamentar pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convoque o Congresso para colocar a matéria em votação.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a aprovação de voto de sua autoria, favorável a projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que determina o exame dos vetos separadamente, na Câmara e no Senado.



Governo não ajuda a ampliar iniciativas para o semi-árido, denuncia Heráclito

Heráclito: projeto de irrigação em Petrolina está abandonado

Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou o abandono, por parte do governo Lula, do projeto de irrigação Pontal, localizado na região de Petrolina (PE) e de Juazeiro (BA), às margens do rio São Francisco. O senador esteve no fim de semana em Petrolina, acompanhando o candidato à Presidência Geraldo Alckmin.

O projeto Pontal, que já tem vários quilômetros de canais concretados, contava com verbas no último Orçamento federal preparado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Heráclito, o governo Lula suspendeu todos os recursos previstos para 2003 e nada destinou às obras nos anos seguintes.

– Este governo fez muito alarde sobre a transposição do rio São Francisco. Vemos agora que ele não executou a transposição e ainda não ajuda em nada na ampliação dos projetos de irrigação existentes no semi-árido nordestino – afirmou.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse ser inaceitável a posição do governo do PT, pois a irrigação gera empregos a um custo 15 vezes menor que na indústria automobilística. Lamentou também o fato de a ampliação da ponte sobre o São Francisco, entre Petrolina e Juazeiro, estar recebendo verbas “a conta-gotas”.

Heráclito Fortes ainda criticou o governo federal pelo abandono do Parque Serra da Capivara, no Piauí, onde se encontra uma das maiores concentrações de pinturas rupestres do mundo.

Pavan alerta para êxodo rural em SC devido à crise na agricultura

Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou para o que classificou como grave situação dos produtores agrícolas de Santa Catarina, que estão abandonando suas terras para tentar a vida nas periferias dos grandes centros urbanos em razão da falta de perspectiva do setor no governo Lula.

O senador frisou que tal fenômeno socioeconômico jamais acontecera na história da região, conhecida como um dos maiores celeiros de grãos e alimentos no país.

A propósito, Pavan citou matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, destacando que um

município catarinense, Massaranduba, apresenta uma economia fortalecida em comparação aos demais municípios. Fruto da parceria entre a prefeitura local e os médios e pequenos produtores, o município apresenta uma das maiores produtividades de arroz. Ele ressaltou, porém, que o sucesso local é resultante de esforço local, sem a participação do governo federal.

– Não há investimentos em Massaranduba assim como não há em todo o Brasil. Este governo conseguiu colocar a perder toda uma meta iniciada no governo FHC e,



Fenômeno socioeconômico jamais acontecera na região, observa Pavan

hoje, sem a exportação de produtos do campo, estamos com um [crescimento do] PIB [produto interno bruto] bem abaixo do crescimento do Chile. Daqui a pouco estaremos passando fome, a continuar essa omissão do presidente Lula com o agricultor – concluiu.

Uma das mudanças defendidas pelo senador visa à destinação aos deficientes, no prazo de dez anos, de 3% das vagas no serviço público, mediante concurso

Proposta de Sarney reforça o apoio a portador de deficiência

A fim de tornar mais efetivos os direitos garantidos pela Constituição federal aos portadores de deficiência, o senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou projeto que altera várias leis sobre o assunto. Conforme a proposta, os órgãos públicos devem se programar para, no prazo de dez anos, ter 3% dos seus cargos preenchidos por pessoas com deficiência.

O projeto (PLS 112/06) de Sarney autoriza cada instituição a fixar regras especiais para concurso de ingresso de funcionários com deficiência. Segundo o senador, a idéia é ambiciosa, mas é também “a correção de uma injustiça diante da qual devemos fazer todos os esforços”. A proposição será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta em decisão terminativa.

A proposta modifica as leis 7.853/89, 8.666/93, 8.742/93 e



Sarney também propõe reserva de 5% das vagas na rede pública de ensino

10.406/02, todas protetoras do portador de deficiência. O senador afirma que, infelizmente, o Brasil não tem estatísticas precisas sobre as pessoas com deficiência, embora se saiba que, como no resto do mundo, elas representam cerca de 10% da população, somando, portanto, cerca de 17 milhões de brasileiros.

Apesar de considerar um avanço a Lei 7.853/89, que trata da integração social da pessoa deficiente, Sarney diz que essa evolução ainda não chegou à

realidade cotidiana do país. Daí por que ele pretende aperfeiçoar esse e outros textos legais. A proposta reafirma o direito do portador de deficiência à educação, garantindo-lhe vagas e apoio pedagógico, assim como profissionais preparados para atendê-los, seja em classes especiais ou mediante integração às classes convencionais.

A iniciativa também procura evitar que a limitação de vagas, tão preocupante no ensino público, seja instrumento de discriminação contra o aluno portador de deficiência. Para isso, o projeto assegura a essas pessoas pelo menos 5% das vagas oferecidas nas instituições públicas de ensino.

A proposição dispõe ainda que, nos concursos para provimento de cargo e emprego público, será reservado o percentual mínimo de 5% das vagas às pessoas portadoras de deficiência – mesmo índice previsto no Decreto 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89, em vigor.

Fotos: Rosewell Pinheiro

Cristovam propõe estímulo financeiro a quem se alfabetizar

Projeto apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) tem o objetivo de erradicar o analfabetismo entre os cidadãos com mais de 15 anos, por meio de um incentivo financeiro estabelecido no programa Quinquênio da Alfabetização. A proposta autoriza a União a criar o programa Incentivo-Alfa, visando estimular todo brasileiro não-alfabetizado a iniciar seus estudos.

Conforme a proposição, o incentivo financeiro não poderá ser inferior a R\$ 350 para cada adulto que cumprir, com sucesso, o programa de alfabetização durante o período do Quinquênio da Alfabetização. Esse pagamento é, de acordo com o parlamentar, uma espécie de indenização ou reparação àqueles que foram e são vítimas da tortura do analfabetismo na vida adulta.

– O analfabetismo na vida adulta é responsável por alijar esses cidadãos do acesso aos bens proporcionados pela educação e, em consequência, impedir-lhes a participação plena da cidadania, em atividades e na construção da nação brasileira – afirmou Cristovam Buarque.

A proposta (PLS 117/06) prevê



Segundo proposta de Cristovam, ajuda de R\$ 350 será paga ao final do curso

a criação da Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo, com o fim específico de coordenar as ações necessárias para assegurar a todo brasileiro o acesso ao programa e ao recebimento do incentivo financeiro. A União deverá editar as normas regulamentares do programa Incentivo-Alfa, observadas algumas exigências, entre elas a de que o estudante tenha cumprido pelo menos três meses de curso, com frequência superior a 85% das aulas, e comprove capacidade de ler e escrever, mediante carta escrita em sala de aula.

– Para habilitar-se ao recebimento do incentivo, o candidato deverá iniciar o curso após sancionada essa lei, e concluir o curso antes do término do Quinquênio da Alfabetização – explicou o senador e ex-ministro da Educação.

Subcomissão debate a inclusão socioeconômica

A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência vai promover nesta quinta-feira, às 10h, audiência pública sobre o tema “Inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência: uma questão social, legal e mercadológica”. A audiência contará com a participação da consultora Andréa Schwarz, especialista no assunto.

Andréa revelará, em primeira mão, dados sobre a situação social desse segmento da população, obtidos numa pesquisa patrocinada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Informações sobre quantas são, onde estão, o perfil econômico e o perfil consumidor dessas pessoas, entre outros dados, foram coletadas na pesquisa. Os principais pontos da legislação brasileira que beneficia os portadores de deficiência e a importância das leis para a inclusão social e econômica dessas pessoas também serão abordados na audiência. A questão mercadológica – poder aquisitivo desse segmento, nível de emprego e de educação – será um dos temas em debate.

O empresário Jacques Haber também participará da audiência. Haber e Andréa Schwarz são fun-

dadores da i-Social – empresa de consultoria que desenvolve projetos de responsabilidade social ligados à melhoria da qualidade de vida e inclusão das pessoas com deficiência.

A consultoria foi criada em 1999, um ano depois de Andréa ter sido obrigada a usar cadeira de rodas devido a uma má-formação congênita na medula espinhal.

– Com a experiência, percebi que o Brasil não conta com a infra-estrutura necessária para garantir aos 25 milhões de pessoas com necessidades especiais os direitos básicos de qualquer cidadão – afirma Andréa.

Suassuna: Paraíba tem novo centro de ensino tecnológico

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou ontem, em Plenário, a instalação de um novo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) na Paraíba, localizado no município de Campina Grande, segunda maior cidade do estado. O parlamentar destacou que a prefeitura de Campina Grande doou o terreno e o projeto para a instalação do campus do centro tecnológico, que ocorreu no início do mês.

– Somente através da qualificação podemos melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores – afirmou o senador.

Suassuna disse que a Paraíba



Suassuna afirma que só a qualificação pode melhorar a vida do trabalhador

já conta com um Cefet, em João Pessoa, e duas universidades federais: uma em Campina Grande e outra na capital. O senador aproveitou para sugerir que o Programa Bolsa Família, do governo federal, inclua a qualificação profissional como uma de suas prerrogativas.



Raupp sugere, entre outras medidas, prioridade de atendimento no SUS

Raupp pede a adoção de políticas públicas voltadas para o idoso

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu em discurso no Plenário a adoção, pelo governo, de políticas públicas voltadas para o atendimento ao idoso, em especial o pobre, nas diversas regiões do país carentes desse tipo de serviço.

Raupp ressaltou que estudos indicam um rápido aumento do número de idosos no Brasil. Ele manifestou preocupação com a antecipação do isolamento social do idoso, que ocorre, de modo geral, a partir da aposentadoria ou morte de parentes.

Para isso, sugeriu, o governo deve priorizar o atendimento ao idoso no Sistema Único de Saúde (SUS), adotar medidas profiláticas e criar normas padronizadas para serviço geriátrico e serviços alternativos de auxílio ao idoso.

Raupp registrou também a

abertura, no último sábado, da Feira Agropecuária de Porto Velho (Expovet), que recebeu mais de 20 mil pessoas. O evento demonstra, segundo afirmou, a “grande pujança do setor”, apesar das dificuldades por que passa a agropecuária no Brasil.